Jornal da APUBH

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
Belo Horizonte, maio de 1982 NÚMERO 1

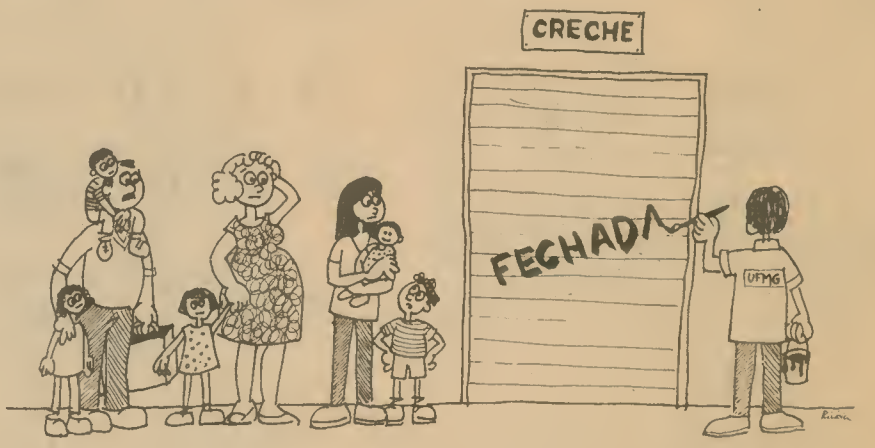
Aos colegas da UFMG

A Andes talvez ainda não seja visível no dia-a-dia de todos os professores. Mas ela já é uma presença marcante na vida da Universidade brasileira. Durante seu primeiro ano de vida se firmou como canal de mobilização e expressão dos docentes. Ela tem sido um instrumento fundamental no enfretamento da política educacional do regime, na luta contra à privatização do ensino superior e na conquista de melhores condições de trabalho e remuneração. Para as instituições federais autárquicas a existência da entidade nacional foi decisiva para a vitória da greve de 1981.

Fiel a seus compromissos democráticos, o congresso da Andes determinou que a próxima diretoria seja escolhida de forma direta, por eleição entre todos os associados. Essa eleição será realizada nos dias 26 e 27 de maio em aproximadamente oitenta universidades e estabelecimentos isolados do país. Depois de um longo processo de discussão, que começou no Congresso de Florianópolis e terminou no Conad de Natal, foi formada uma chapa unitária para concorrer às eleições. Isso não significa que não existam divergências no interior da Andes. Mas revela, isso sim, que as diferentes posições e concepções do movimento aprenderam, ao longo desses anos de luta, a se respeitar e a trabalhar em conjunto. A todos pareceu mais importante cerrar fileiras em torno do programa de lutas aprovado pelo Congresso que despender energias numa disputa eleitoral.

Os componentes da chapa entenderam que, nesse momento, a manutenção de uma Andes pluralista e aberta a todas as concepções democráticas seria melhor garantida com a chapa de unidade. Junto com a eleição da Diretoria da Andes, a Apubh vai realizar a escolha de seu novo Conselho de Representantes. Um conselho representativo e atuante é fundamental para que a Apubh possa continuar a cumprir seu papel democrático na vida da UFMG. Pela importância dos dois sufrágios conclamamos todos a comparecer às eleições.

Roberto Martins
Presidente da APUBH



● **É preciso encontrar uma forma de salvar a creche** Pág. 8

● Veja como anda (ou como andou) o processo de escolha dos novos diretores de unidade na UFMG Pág. 3

Reforma da Universidade, escolha de novos diretores de unidade, situação dos funcionários, etc... O novo reitor está com a palavra

páginas 4 e 5



Eleições diretas na Andes e Apubh pg. 8

Participação: Direito ou Responsabilidade?

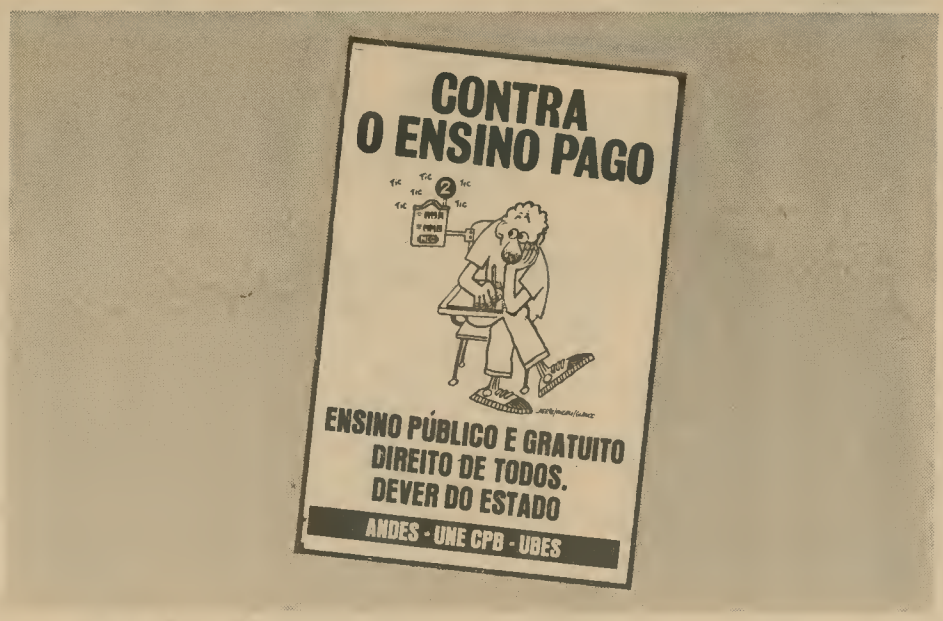
Entre os temas debatidos no Simpósio sobre a Reestruturação da Universidade, promovido recentemente pela APUBH, estava a questão da autonomia universitária. Durante a discussão, ficou clara a necessidade de se associarem as lutas pela conquista da autonomia e pela democratização interna das instituições de ensino superior.

Uma universidade sob o controle de grupos fechados, integrados por pessoas que há vários anos se alternam nos cargos de direção e nos órgãos colegiados, em que a comunidade não é sequer informada sobre as decisões que se tomam, dificilmente fará de sua autonomia o melhor uso, ou será capaz de preservá-la frente às investidas da burocracia governamental. O exemplo da Universidade de São Paulo, citado durante o debate pelo professor Dalmo Dallari, deve servir de advertência às outras instituições. Ali, o Reitor — escolhido há pouco contra a vontade, claramente manifestada, da comunidade universitária — tem declarado publicamente que os recursos orçamentários são suficientes. Enquanto isso, sabe-se que os salários dos professores e do pessoal técnico-administrativo são inferiores aos da maioria das universidades públicas brasileiras, e importantes setores da universidade têm seu funcionamento ameaçado pela falta de verbas.

Ao se observar o que vem acontecendo com a atualização dos ordenamentos básicos da UFMG, no que toca à estrutura de poder e aos processos de tomada de decisões, tem-se a impressão de que a comunidade renunciou ao direito — ou fugiu à responsabilidade — de participar de maneira mais completa do debate em torno da questão. O documento elaborado pela comissão do Conselho Universitário menciona 44 manifestações de pessoas, órgãos colegiados e comissões que "representam a participação da comunidade universitária". Tal representatividade é questionável, mas não se pode responsabilizar apenas a comissão ou o Conselho por isto. É necessário e urgente mudar esta situação, e o Jornal da APUBH se propõe a fazer das páginas de seus próximos números o foro de um debate sobre a democracia na tomada de decisões e na escolha dos dirigentes.

As propostas de mudança na legislação e a mobilização nacional em torno de uma reforma estrutural das universidades fazem crer na conveniência de que o Conselho Universitário prolongue por alguns meses a discussão sobre os ordenamentos básicos. Afinal, trata-se de uma "atualização", que poderá estar desatualizada antes mesmo de ser posta em prática.

Cleusa Graça da Fonseca — da Diretoria da APUBH



A Educação Superior é também um Direito

Neidson Rodrigues

Estão em pleno andamento os debates sobre a questão educacional.

De um lado, há consenso generalizado de que a Educação é necessidade para todos e dever do Estado. De outro lado, no entanto, agravam-se as divergências, quando se tenta delimitar o "quantum" de educação é necessário. E isso sugere uma dúvida: qual o grau de responsabilidade do Estado na oferta de educação para todos? Desta forma quando passamos de uma exigência de nível qualitativo para uma de nível quantitativo, a educação se torna um problema e os argumentos se multiplicam.

Do lado da burocracia do Estado e dos seus porta-vozes, intelectuais, ministros e planejadores, tenta-se reduzir a obrigatoriedade ao nível mais fundamental da educação, ao mínimo necessário para indivíduo poder circular na sociedade moderna por seus próprios pés. E para isso se afirma que se o Estado deve dar educação para todos, ela deve ser apenas a educação fundamental, que pode ser coberta em 4 ou 8 anos. A educação de níveis mais avançados, como a de 2° grau e especialmente a de nível superior, recai como possibilidade a cada indivíduo. Nem o Estado se obriga a tanto, nem há verbas para a consecução de tal nível de exigência. E articulam-se novos argumentos: é igualmente uma questão de justiça social e de desenvolvimento do senso de responsabilidade. De justiça, porque a educação superior se inscreve no quadro de privilégios sociais, e o Estado não pode ser legitimador de iniciativas geradoras de privilégios. De senso de responsabilidade, porque o estudante, ao pagar os seus estudos, desenvolverá o espírito de solidariedade com os que não podem pagar, criando assim um senso de mútua responsabilidade, etc.

Parece-nos que todo o arcabouço de tais argumentos é extremamente falso e cínico para dizer o menos. De um lado, não se pode delimitar o tempo necessário para que os indivíduos estejam suficientemente preparados para vida social nos tempos modernos, reduzindo a questão a alguns anos de freqüência à escola, sejam 4, 8 ou 11 anos. A complexidade da vida moderna, as exigências de preparação adequada para o exercício de uma função social ou de uma atividade profissional digna do cidadão, capaz de dar a ele condições de competição numa sociedade competitiva ou de possibilitar ao indivíduo o exercício de funções cívicas requeridas pela sociedade, não pode se esgotar em apenas alguns anos de ensino fundamental.

O cidadão de hoje não é mais o cidadão da época da revolução francesa. Já o Estado assumiu o compromisso de oferecer a educação fundamental para todos os cidadãos por ser uma exigência mínima para o indivíduo ingressar nos quadros da cidadania. Hoje, devido ao próprio desenvolvimento da sociedade capitalista, fruto do crescimento e sofisticação do complexo industrial, comercial, e das formas de trabalho, a educação superior se transforma a cada dia em requerimento indispensável para a preparação dos indivíduos para uma digna vida social. Por isso, o raciocínio da educação fundamental tem validade numa sociedade do século XVIII, mas não numa sociedade moderna do século XX. Ou ainda estamos no Brasil vivendo as condições do séc. XVIII? Se assim é, está na hora de nossos dirigentes se demitirem por incompetência histórica para com a nação brasileira.

Igualmente curiosa é a tese da justiça social e do desenvolvimento do espírito de solidariedade, a serem obtidos pelo pagamento de taxas escolares. Não se faz justiça social criando empecilhos aos indivíduos de terem acesso a melhores condições de competitividade numa sociedade competitiva. Por seu lado, na medida em que a educação é requerimento mínimo de preparação dos indivíduos para a vida social, não se entende que a sua manutenção não seja socializada por toda a sociedade, isto é, à sociedade compete gerar e gerir os recursos necessários para a adequada preparação de seus membros. É estranho que burocratas autoconstituídos em representantes da nação, passem a controlar o uso e destino dos recursos que eles não produzem. Eles devem ter a consciência de que são Caixas da Nação e não seus tutores. Sua finalidade é, portanto, receber e repassar os recursos de acordo com as "necessidades" da nação, e não de acordo com as necessidades daqueles que circulam nas cercanias do poder. E Educação é algo que a todos interessa indistintamente. Justiça Social virá quando o Estado se preocupar em distribuir a riqueza produzida pela nação para os setores que beneficiam indistintamente a toda a nação, produzindo melhores condições de vida e bem-estar, melhores e mais variadas ofertas de trabalho, de saúde, de higiene, de alimentação, de habitação, etc.

Quando o Estado, através de seus burocratas e planejadores, destina enormes parcelas da riqueza nacional para financiar projetos sem qualquer finalidade social como os JARI, NUCLEAR, PROÁLCOOL, CARAJÁS, ARMAMENTOS e outros, tal Estado não tem o direito de falar em Justiça Social, especialmente atentando contra um setor que interessa a toda nação: a Educação. Se os donos do poder tiverem dúvidas... consultem a nação.

*** O professor Neidson Rodrigues é da APUBH e docente na Faculdade de Educação.**

Os primeiros passos do Reitor

Nas chamadas "democracias liberais", os analistas políticos e a população, consensualmente, admitem que o tom de um novo Governo costuma ser dado nos primeiros cem dias de atuação de seus dirigentes. É o tempo necessário para a adaptação dos novos quadros e um período importante para a definição de um modelo de atuação política que passa, inquestionavelmente, pelo crivo da opinião pública nacional e internacional.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, com pouco menos de dois meses de posse do novo Reitor, uma série de inquietações, expectativas e esperanças começam a ser externadas entre os estudantes, funcionários e professores. Os primeiros passos do Reitor foram dados em momentos de crise. As primeiras providências de ordem administrativa foram sentidas por alguns segmentos da comunidade universitária como "a continuidade do continuismo". Para outros significou a "vitória e a afirmação da Universidade perante o Ministério da Educação e Cultura e diante dos demais poderes instituídos ou não". Aconteceram também reações naturais de euforia, júbilo, cautela, distanciamento e desinteresse.

A entrevista que estamos publicando nas páginas centrais do "Jornal da APUBH" é o primeiro balanço provisório de atuação da nova administração da UFMG. A conversa, sem esquentamento prévio, durou pouco mais de noventa minutos. Sem intervalos. Depois de um dia de trabalho, que o professor José Henrique considerou exaustivo. Ele havia atendido, em grupo, ou individualmente, a quarenta pessoas, naquela primeira segunda-feira depois do feriado de 1° de maio. Esperamos que as informações prestadas pelo Reitor cheguem aos professores, funcionários e estudantes da UFMG como contribuição da APUBH para o diálogo e a circulação de informação entre os diversos públicos da nossa Universidade.

O EDITOR

EXPEDIENTE

JORNAL DA APUBH

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte.
Endereço: Avenida Álvares Cabral, 211, sala 1502-BH.
Editor: Itamar José de Oliveira.
Participam deste número: Cleusa Graça da Fonseca, José Maria Braga, Roberto Martins, Neidson Rodrigues, Willian Smith e Mirian Gontijo.
Apoio da Secretária: Marlene de Carvalho.
Fotografia: Mana Coelho.
Diagramação: Sérgio Aspahan.
Ilustração: Edson Ricardo, Rubia Roberto Furtado.
Revisão: Renato de Pinho.
Composição e Impressão: Diário do Comércio.
Circulação: Distribuição gratuita para os professores associados da APUBH.

Escolha de diretor reflete o clima de cada unidade

ESCLARECIMENTO PRÉVIO

O debate a propósito da escolha dos novos diretores de unidade apresenta matizes muito diferenciados. Existem unidades onde as listas sêxtuplas estão prontas. Existem, igualmente, escolas onde as listas não estão prontas. Claro que existem diferenças de toda natureza. Nalguns lugares houve reconhecida preocupação com participação dos estudantes, professores e funcionários no processo de escolha dos diretores. Noutros houve nítida preocupação em fazer cumprir os atuais ordenamentos básicos. As diferenças estão entre estas duas tendências básicas.

Tivemos muita dificuldade para publicar a matéria sobre o processo de escolha dos diretores. Existem áreas mais interessadas, mais preocupadas com a informação e muito mais aptas para se relacionar com seus diversos públicos.

Gostaríamos que as informações a respeito do processo sucessório nas unidades da UFMG fossem recebidas apenas como tentativa de tornar pública uma questão que não pode, ou não deveria, ser tratada sem a ampla participação da comunidade universitária.

ESCOLA DE ENGENHARIA

O processo sucessório da Escola de Engenharia seguiu a forma estatutária prevista nos ordenamentos básicos da UFMG e a lista sêxtupla que será encaminhada ao Reitor já está constituída. Ela está integrada pelos seguintes professores: Elcio Marques Coelho, Chefe do Departamento de Engenharia de Minas; Ênio Medeiros Cunha, ex-Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica; Marcos Guelman, Chefe do Departamento de Engenharia de Materiais e da Construção Civil; Paulo Romeu Assunção Gontijo, professor do Departamento de Vias de Comunicação e Transporte; Willian Penido, professor do Departamento de Engenharia Industrial e Presidente da Copasa; José Silvino, Chefe do Departamento de Engenharia Eletrônica.

Todos os candidatos prometem dar continuidade ao plano de trabalho elaborado pelo atual diretor da escola, professor José Martins de Godoy que procurou melhorar a qualidade de ensino na instituição através da ampliação da jornada de trabalho dos professores com a dedicação exclusiva, maior incentivo para a pesquisa e extensão, com aumento da quantidade e da qualidade de serviços prestados à comunidade.

FACULDADE DE FILOSOFIA

O processo sucessório na FAFICH, desde o início, foi pensado em função da disposição e da organização dos diversos segmentos da Faculdade. Os professores, desde o início, pretendiam desvincular o debate sucessório de eventuais candidaturas personalizadas. Privilegiou-se a discussão dos problemas da Faculdade.

Algumas questões relacionadas com a possível articulação departamental a ser viabilizada e construída de forma participativa, foram debatidas dentro de uma perspectiva de elaboração de um "Projeto Fafich".

Havia uma disposição inicial dos professores de encaminhar uma proposta de eleições diretas e dois departamentos — Comunicação e Filosofia — votaram unanimemente em favor de eleições, diretas.

As discussões tinham dois "foruns" principais. As reuniões dos professores e a Congregação. Na Congregação, por duas vezes consecutivas a proposta do Professor Fábio Wanderley de criação de um colégio especial para a formulação da lista sêxtupla através de eleições diretas e duas propostas do colégio eleitoral especial. Venceu a proposta do professor Edgar Pontes Magalhães, que estabelece a formulação de um colégio eleitoral ampliado com a participação de cinco professores por departamento e com a participação ainda a ser definada, de estudantes e professores. A decisão da assembléia dos professores será objeto de discussões na Congregação da Faculdade, que tem manifestado interesse em buscar formas de democratização e participação no processo sucessório de sua Direção. Na FAFICH ainda não existem candidatos declarados.

ENFERMAGEM

As discussões sobre o processo sucessório na Enfermagem começaram em outubro do ano passado. Inúmeras assembléias foram realizadas. Numa das últimas reuniões foi discutido o perfil do futuro diretor. Cada Departamento (a escola tem três) elaborou sua lista. Os funcionários, professores e estudantes também fizeram listas. No processo de consulta foram levantados 18 nomes para a Direção e 25 para o cargo de Vice-Diretor. Um grande progresso, na opinião geral dos interessados, foi o compromisso assumido pelos integrantes do Conselho Departamental (com atribuições de Congregação) de acatar o resultado das consultas. O Conselho deverá se reunir e assumir publicamente o compromisso com a comunidade. Em reunião programada para o próximo dia 18 os professores indicados confirmarão se aceitam entrar na lista. Deverá, em seguida, ser realizada uma eleição direta, com ponderação de votos. A natureza e o coeficiente da ponderação ainda não foram definidos.

BIBLIOTECONOMIA

Em avançado processo de discussão, a Biblioteconomia deverá eleger sua lista sêxtupla no próximo dia 25 de maio. Com abertura total, segundo seu secretário Marcial Muzzi, o processo eleitoral está em adiantado debate. As expectativas na escola são de eleição direta. A Biblioteconomia pretende manter seu clima de democracia interna. Os funcionários já se manifestaram. Deverão votar em seis dos nomes inscritos até a véspera da formação da lista pela Congregação. Em Assembléia Geral de professores, funcionários e estudantes definiu-se que haverá uma busca de consenso, na comunidade, antes de a lista ser encaminhada à Congregação.

EDUCAÇÃO

Na Faculdade de Educação, até a véspera de "fechamento do jornal da APUBH", havia um risco sério de superação de todo o processo de participação, que desde o início, foi muito estimulado pela Congregação. A formação de um colégio eleitoral integrado por todos os professores, todos os funcionários e uma participação estudantil correspondente a 50% dos sufrágios dos funcionários e professores foi definida. O Colégio eleitoral terá cerca de 120 professores e funcionários e 60 delegados escolhidos pelos estudantes da Faculdade e do Centro Pedagógico.

O processo poderá sofrer um colapso porque apenas duas professoras concordaram em oferecer seus nomes para a consulta junto ao colégio eleitoral, as professoras Maria Lisboa de Oliveira e Vanessa Marri. Ambas manifestaram publicamente que só concordariam em participar do processo se fosse possível chegar a uma solução que permitisse a outros colegas colocar também seus nomes à disposição da Faculdade para uma consulta ampla e democrática.

FACULDADE DE LETRAS

Na Faculdade de Letras dez professores concordaram em oferecer seus nomes para a realização de uma consulta aos professores, estudantes e funcionários, separadamente. A votação foi feita no dia 11 e a congregação recebeu a lista com a relação dos mais votados para proceder a consolidação da lista oficial que será encaminhada ao Reitor. Ana Maria de Almeida, Beatriz Décat, Ivana Versiani, Hugo Mari, Melania Aguiar, Letícia Malard, Johnny Mafra, José Eduardo da Fonseca, Ana Lúcia Gazzola e Rosa Neves foram os 10 professores que aceitaram submeter seus nomes ao processo de consulta da FALE.

FACE

Na Faculdade de Ciências Econômicas houve uma programação de debates entre os professores que não chegou a ser cumprida, por falta de interesse do corpo docente. A novidade na FACE foi a mobilização dos funcionários. Eles realizaram um plebiscito e apontaram uma relação de seis nomes — os seis mais votados — para ser examinada pela congregação da Faculdade. A eleição está prevista para o dia 18 e os nomes que integram a lista dos funcionários são os seguintes: Jacques Schuartzamn, Roberto Martins, Ney Paulinelli da Fonseca, João Batista Péret, Talita Ribeiro da Luz, Antônio de Assis Drumond e Afonso Henrique Borges Ferreira. Os estudantes também não chegaram a formular nenhum tipo de consulta.

VETERINÁRIA

Na Escola de Veterinária a direção abriu inscrições para a formulação da lista sêxtupla e dez candidatos se inscreveram. Houve uma consulta separada aos estudantes, funcionários e professores. A lista dos professores e dos estudantes foi idêntica. Na lista dos funcionários apenas dois nomes não coincidiram com os outros nomes apontados na lista dos estudantes e dos professores. A congregação da Faculdade acolheu a lista que obteve maior consenso, com a seguinte votação: Elvio Carlos Moreira, 19 votos; Cladson João Campos e Paulo Roberto Carneiro, com 17 votos cada um; Gilberto Cavalcanti de Albuquerque, 15 votos; José Ailton da Silva, 14 votos e Edson Clemente dos Santos, 13 votos.

ICB

No ICB o processo sucessório foi aberto no início de março. O núcleo da Apubh promoveu vários debates com o tema geral: "O que você espera do novo diretor do ICB?" Um debate final, com a presença do atual diretor, Carlo Américo Fattini, discutiu os Problemas do Instituto. Uma enquete foi feita para se conhecer os nomes de preferência da comunidade. O resultado foi enviado à Congregação como sugestão para a composição da lista sêxtupla. Após vários escrutínios foram indicados os seguintes nomes: Edward Félix da Silva, Marcos Cláudio Moreira, Lair Aguilar Rennó, Humberto Coelho de Carvalho, Tomaz Aroldo Motta Santos e Bernardino de Assis Ladeira. A lista oficial da Congregação incorporou quatro dos seis nomes indicados pela comunidade.

ESCOLA DE DIREITO

Ainda não está definida, mas é quase certo que a sucessão na Faculdade de Direito não será marcada por nenhum tipo de consulta fora do âmbito da Congregação. Não existem candidatos definidos. Não existem programas, discussões ou debates.

ICEX

No ICEX houve um início de discussão e mobilização acentuadas. Cada categoria chegou a indicar nomes para a formulação da lista sêxtupla. A superposição de listas por categoria profissional de professores resultou na constituição de uma lista integrada por quinze nomes. O Diretor, professor Manoel Lopes de Siqueira, convocou os referidos professores para uma reunião para tratar do processo sucessório e constatou-se a criação de um impasse porque nenhum dos professores apontados por seus colegas aceitou disputar a indicação para a lista sêxtupla. Por ter muitos departamentos, grandes e com especificidades evidentes, o ICEX dificilmente conseguirá encaminhar a sucessão interna de forma integrada. O grande debate atual do ICEX é o desmembramento da atual estrutura em futuros institutos de Matemática, Física e Química. A reunião para definir a lista sêxtupla está programada para o início de junho.

MEDICINA

O Diretor da Faculd[illegible]rofessor Cid Veloso, [illegible]iu as inscrições pa[illegible]eressados se inscre[illegible]em na Secretaria [illegible]a a partir de 31 de [illegible]rço. O Diretor ass[illegible]r favorável ao am[illegible]o debate em torno d[illegible]ndidatos, sobre seus programas e a respeito das demais questões que envolvem as atividades da Universidade.

GEOCIÊNCIAS

A lista sêxtupla do IGC está formada. Está integrada pelos professores Edésio Teixeira de Carvalho, Yoko Katoo, Carlos Magno Ribeiro, Delson José de Carvalho Diniz, Edinea Maria da Consolação Brun, e Paulo Rogério Junqueira Alvim. A eleição foi procedida no dia cinco de maio.

ARQUITETURA

Por enquanto o que existe é apenas uma data fatal para a formação da lista sêxtupla pela Congregação: dia 3 de junho. Não existem indícios de qualquer forma de mobilização por parte dos professores, estudantes e funcionários.

BELAS ARTES

A Escola de Belas Artes não tem nem a data certa para a reunião do Conselho Departamental que formará a lista sêxtupla. A reunião poderá acontecer no final de maio.

MÚSICA

A Secretaria da Faculdade informou que não existe qualquer forma de explicitação de interesse na formação da lista sêxtupla. Disse que é do conhecimento do público interno que o prazo para escolha dos nomes pela Congregação termina em junho.

ODONTOLOGIA

Está marcada para o dia 14 de maio a eleição da lista sêxtupla. Houve, segundo a secretária da Escola, um princípio de debate, mas a falta de tempo acabou por anular o processo. Espera-se um debate com os candidatos, em data ainda não marcada, para se definir melhor o quadro. O resultado do debate, ao que parece, não terá influência sobre a Congregação. São sete os prováveis candidatos. Não foi possível saber os nomes.

EDUCAÇÃO FÍSICA

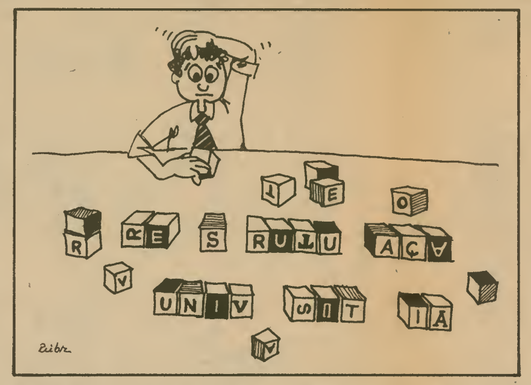
A lista está pronta e foi votada no dia 2 de abril. O processo seguiu os Ordenamentos Básicos. Não houve nenhuma movimentação. O Vice-Diretor da Escola, Professor Élcio Guimarães Paulinelli, disse que veria com "bons olhos" possíveis discussões, que "infelizmente não aconteceram". A Apubh, segundo o professor, não promoveu, a exemplo de outras unidades, nenhum debate na Educação Física. Não ouvimos o representante da Apubh para que se pronunciasse a respeito. A lista foi composta dos seguintes professores: Adolfo Guilherme, Ivani de Moura Bonfim, Alcione Raposo, Paulo Sérgio Da Pieve Soares, Almir Wildahgen Figueira e Emílio Caran Júnior.

FARMÁCIA

A Faculdade de Farmácia já fez sua lista sêxtupla. Não conhecemos o processo eleitoral. A secretária se recusou a fornecer os nomes. Indicou o representante da Apubh, que não foi localizado. A secretária disse que não tinha condições de dar tais informações. O que lamentamos.

Entrevista com o Reitor

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, professor José Henrique Santos, depois de um período inicial de seu mandato extremamente conturbado por problemas relacionados com a greve geral dos estudantes e de uma fase atribulada com as questões inadiáveis de falta de verbas para o cumprimento das obrigações mais elementares — a Universidade, durante dois meses, deixou de pagar suas obrigações sociais — conseguiu algumas decisões políticas para a formação de seu quadro de colaboradores diretos e admite que já está "saindo do sufoco". O novo Reitor manifesta o desejo de compartilhar sua atuação com estudantes, funcionários e professores para conseguir consolidar "uma universidade autônoma e democrática".



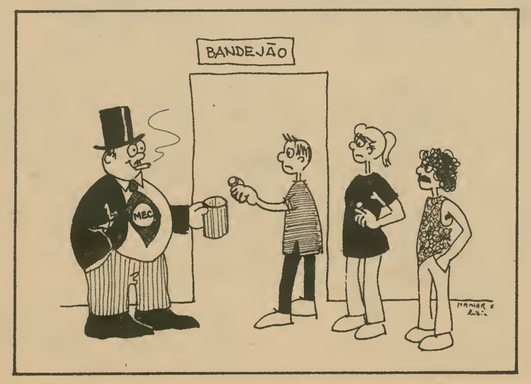
Para garantir e assegurar a participação da comunidade universitária na elaboração e viabilização de um projeto de universidade autônoma e democrática, o professor José Henrique Santos questiona os atuais ordenamentos básicos da Universidade. Exige que o processo de escolha dos dirigentes universitários se esgote no interior da própria instituição e afirma textualmente que não permitirá a prática repressiva de intimidação contra nenhum dos segmentos que constituem a comunidade universitária. Uma das armas do Reitor contra a concentração de poder, a prática de decisões autoritárias, é a democratização de todas as instâncias da Universidade e uma ampla e eficaz política de circulação da informação. O Reitor promete que ninguém será prejudicado sem que possa ser ouvido. O Reitor promete abrir sua agenda, pelo menos uma vez por mês, para manter contatos diretos com os funcionários que se sintam prejudicados, inseguros e ameaçados, direta ou indiretamente por seus superiores hierárquicos.

O professor José Henrique Santos admite que os problemas não são poucos. Assinala que a suplementação de verbas para a Universidade não é uma questão de retórica. Existem prédios, como o do Hospital das Clínicas, que precisam de reparos urgentes. Seu teto está desabando. Existem problemas relacionados com a expansão e o crescimento de áreas construídas no "campus". São questões que envolvem o dimensionamento e o redimensionamento de uma política de integração universitária. Tais questões já estão sendo examinadas pela equipe do Professor Hélio Pontes, o novo Pró-Reitor de Planejamento da UFMG. As dificuldades, tão inadiáveis, de obtenção e aplicação de recursos estão sendo discutidas e encaminhadas pelo novo Pró-Reitor de Administração, professor Márcio Quintão Moreno. Existem outros problemas como a viabilização ou não da creche no "campus", a eleição de novos diretores de unidade, a relação da Reitoria com o MEC, com os órgãos colegiados da Universidade e com as entidades representativas dos estudantes, funcionários e professores da UFMG. O professor José Henrique Santos apresentou um diagnóstico e apontou a direção que pretende imprimir ao seu trabalho na direção da Universidade Federal de Minas Gerais. Os pontos principais da conversa com o Reitor estão sintetizados nas seguintes respostas que ele nos ofereceu:

APUBH: Quais são as armas para enfrentar o poder de inércia e/ou limitações atuais?

— "Temos que livrar a Universidade dessa parafernália de leis."

Reitor: Essa remoção do arsenal legal só poderia ser feita por via legislativa. Porque não são apenas decretos que podem ser renovados pelo próprio Presidente. São leis votadas pelo Congresso. E só o próprio Congresso pode revogá-las. Num segundo momento, cada universidade seria chamada a se autodefinir e a encontrar o seu perfil. A nossa universidade se manifestou nesse documento pela forma de autarquia e essa autarquia, levada a sério, resolveria os nossos problemas. Noutras universidades pode ser diferente. Existem universidades com dificuldades maiores para praticar o exercício da autonomia devido a uma certa ingerência da política partidária. Uma consequência da proposta é que a fiscalização das universidades se faça através de seus resultados e não por meio de processos. Atualmente, parece que paira uma suspeição sobre tudo que as universidades fazem em termos legais. Na UFMG durante todo o tempo que estive como vice-reitor e agora como reitor, posso garantir que não há a menor interferência política partidária na Instituição. Neste aspecto, a UFMG é completamente autônoma. O que a universidade precisa é conseguir demonstrar credibilidade. Demonstrar que é capaz de ser uma boa universidade. Usar bem seus recursos, que são escassos, que sempre serão escassos dentro do que pretendemos fazer.



APUBH: Como a Reitoria pretende se relacionar com os diversos públicos da Universidade, particularmente com os estudantes, funcionários e professores e suas respectivas associações e representações?

Reitor: Uma das pessoas que mais defendeu a mudança e a discussão de ordenamentos básicos da Universidade fui eu, ainda como Vice-Reitor. Realmente estávamos com um estatuto e um regimento que dão um poder demasiadamente centralizador à Reitoria. Basta citar que nos próprios Conselhos Integrantes, as escolhas são feitas pelas próprias pessoas que estão saindo e que escolhem seus sucessores. É uma escolha quase hereditária, por cooptação. Realmente não é possível continuar a existir órgãos com esse mecanismo demasiado fechado, muito pouco representativos. Eu diria que é importante ampliar a participação para que as manifestações que brotam em todas as partes, na Universidade, sejam ampliadas e que elas sejam assimiladas de forma organizada e regimenta. Torna-se, pois, inadiável mudar os ordenamentos. Mas também não adianta ficarmos numa discussão eterna e achar que com a simples discussão seja com a Assufemg, com a Apubh ou com o DCE, nós vamos solucionar os problemas. Isso vai nos ajudar a resolver. Mas na hora mesmo de tomar decisões a respeito de quem vai ser o Diretor ou quem vai ser o Reitor, isto tem que ser feito de maneira regimental. Essa universidade, como quase todas as outras, gera um número muito grande de interesses, divergências de opinião. As mesmas palavras não significam as mesmas coisas pronunciadas aqui ou ali. É preciso, pois, criar mecanismos capazes, não de eliminar os conflitos, porque eles sempre existirão— é uma coisa normal — mas de criar canais institucionais capazes de solucionar os conflitos da forma mais legítima possível. É isto que estamos procurando fazer.

— "Nosso Estatuto dá excessivo poder à Reitoria."

APUBH: Dentro desta linha de pensamento, como a Reitoria pretende mobilizar a comunidade e encaminhar o processo de escolha dos diretores de unidades?

Reitor: Veja bem, é uma pergunta viciada por esse centralismo, como se o Reitor, de cima para baixo, pudesse decretar uma mobilização na comunidade. Esta mobilização vem de baixo, das bases dos diversos segmentos. Ora, nós estamos numa universidade plural em que existe uma diferença enorme entre a unidade "A" e a unidade "B", por exemplo. Na unidade "A", por hipótese, a Congregação decide ascultar, perguntar a funcionários, estudantes e professores. Em proporções talvez diferentes, mas perguntar, quais são os candidatos de sua preferência. Ela poderá fazer isso e a Congregação saberá então ser sensível a este tipo de questionamento, a esse tipo de preferência. E, se possível, ela será sensível ao que obtenha consenso. Agora, na unidade "B", isto é variavelmente impossível neste momento. A Congregação defende o poder que tem e a legitimidade que lhe confere a lei. O reitor não tem meios de intervir nas unidades e dizer: "Faça assim ou faça assado".

— "É importante respeitar as manifestações que brotam da comunidade."

APUBH: Qual a posição do Reitor? Contra ou a favor das experiências que estão sendo processadas nas diversas unidades?

Reitor: Neste momento, o Reitor compartilha com as congregações, com os diretores, da autonomia universitária, mas também das responsabilidades. E não seria bom que reitor assumisse, por exemplo, a responsabilidade de fazer eleições diretas. Isto seria ilegal. Segundo, é um assunto que cada diretor, cada congregação deve assumir. Eu jamais diria a uma congregação: faça eleição direta, ou homologue necessariamente tal ou qual consulta. Mas é evidente que se a Congregação tem a iniciativa de fazer consulta, ela será sensível às reivindicações.

APUBH: "Qual é o perfil dos futuros diretores de unidade, na opinião do Reitor?

Reitor: Eu tenho 19 unidades. As unidades são muito diferentes. Em algumas foram realizadas eleições e não me foi feita nenhuma consulta; aliás a Congregação não era obrigada a fazê-la. É claro que mesmo nesses casos eu serei mais sensível aos candidatos que reúnem mais consenso. No entanto, mais importante do que isto — ou tão importante quanto a esse problema do consenso — é o problema de pedir ao candidato seu programa, seu projeto para a unidade. Como ele vai trabalhar, como ele pensa em traçar uma linha de ação, de organização de sua unidade. Evidentemente eu tenho as minhas preferências individuais, todos nós temos, mas eu vou procurar ser o mais objetivo possível e ver dentre os candidatos não só os que reúnem mais consenso, mas também aqueles que apresentem projetos realmente factíveis claros. Os que reúnem consenso, têm muito mais probabilidade de vir a ser bons diretores, com o apoio dos estudantes, professores e funcionários do que outros que não tenham nada disso. Não quero dizer que escolherei pura e simplesmente o mais votado. Aí eu simplesmente homologaria uma eleição direta que, por várias circunstâncias, podemos admitir que seja boa, mas que também pode não ser a melhor. De qualquer forma eu não estou inclinado a indicar, a impor nenhum nome que a comunidade repila, não queira.

APUBH: Pode ser vício do centralismo, mas tem muita gente esperando "sinal verde da reitoria" para encaminhar a sucessão nas unidades. Afinal a Reitoria vê com bons olhos que as congregações proponham formas de consulta à comunidade?

Reitor: Já conversei com os diretores, quando tratamos do problema de reposição de aulas e do problema da greve. Deixei claro para os diretores que não vejo mal nenhum na formulação de consultas. Pelo contrário. Seria desejável que houvesse consultas, algum tipo de indagação maior e que as congregações procurassem ser sensíveis às preferências da comunidade. Receber, dos mais diversos segmentos, informações para que elas façam uma boa escolha. Eu dei "sinal verde", mas eu não quero dizer que a congregação vá fazer um acordo e vá pura e simplesmente homologar os nomes. É um risco que não vale a pena correr. O próprio Ministério pode devolver listas deste tipo, como ocorreu em outra Universidade.

As congregações têm que assumir suas responsabilidades e dividi-las comigo. Isso é o que eu quero.

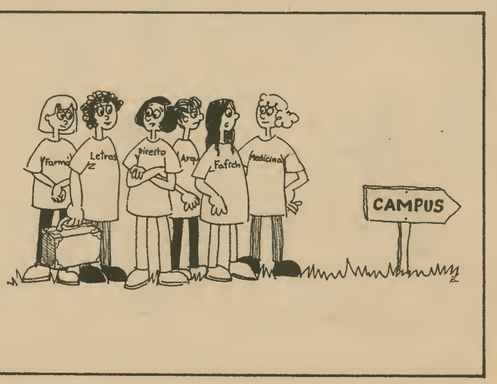
APUBH: Como a Reitoria vê a questão de algumas áreas onde não existem práticas mais democráticas de debates, onde os funcionários são intimidados pela Chefia?

Reitor: Em princípio não deve haver intimidação em lugar nenhum. Nem a funcionários e estudantes, nem a professores. A pior coisa que poderíamos fazer seria intimidar, ameaçar. Isto a gente não pode adotar nem admitir. Para permitir a superação de problemas na área dos funcionários, estamos pensando em criar uma pró-reitoria de recursos humanos, para que possamos melhor estudar e solucionar os problemas do nosso pessoal administrativo. Pretendemos corrigir as distorções colocadas pelo desvio de função. Uma das condições essenciais para que possamos corrigir o desvio de função efetivamente é dar qualificação para o funcionário exercer a função na qual está enquadrado, ou então permitir que ele, por via de transferência, possa exercer as funções para as quais se sente competente. Isso pressupõe treinamento, reciclagem periódica de funcionários. A nossa Divisão de Pessoal começou a fazer isso, ainda na gestão passada, e o trabalho deve continuar. Um problema grave é o do salário dos funcionários. É difícil contornar essa situação atual. Temos um dado muito triste: — 80% dos funcionários ganham até dois salários mínimos. É muito difícil exigir mais desse pessoal, que eles já dão. Precisamos de autonomia e recursos para termos nossa própria política de pessoal, e promover a correção desse problema, bem como a correção do problema salarial. Outra coisa que pretendo institucionalizar é criação de um dia por mês para atender ao pessoal mais humilde da universidade, os que não têm um canal de comunicação e de expressão. Vou ficar à disposição deles o dia inteiro, só por conta disso, e saber quais são as reivindicações. Muitas vezes eles trazem fatos, reclamações, enfim uma série de coisas que sofrem calados. Enfim toda a Reitoria está aberta a qualquer tipo de reivindicação, de reclamação dos funcionários.

APUBH: Com relação ao problema de transferência de unidades para o "campus", como é que fica a mudança da Fafich, Letras, Ciências Econômicas e outras escolas que funcionam na cidade?

Reitor: A primeira prioridade é construir o prédio da Fafich e da Faculdade de Letras. Este projeto já sofreu alguns cortes porque a falta de verbas nos impediu de construir aquele prédio único, o "minhocão", como o chamavam. Não adianta nem discutir mais o assunto. Teremos, quando muito, recursos para terminar o prédio de Letras e da Fafich. A mudança de Letras e Fafich para o "campus" nos abre boas perspectivas. Podemos, por exemplo, alugar parte do prédio da rua Carangola, que é excelente, totalmente recuperado e sem nenhum perigo de desabamento. Podemos alugar alguns andares e reservar outros para atividades de extensão ou cursos noturnos. É uma alternativa. Poderíamos formar um fundo patrimonial pertencente à Universidade, de modo a servir para uma série de pesquisas em áreas não prioritárias para as agências de pesquisa, mas que são prioritárias para nós. Poderíamos usar parte desses recursos para contato de professores visitantes, caso em que a lei exige recursos próprios que nós não temos.

Para as Ciências Econômicas problema semelhante se coloca. Restaria saber, por exemplo, se o prédio da Ciências Econômicas é mais rentável do que o da Fafich, ou não. Não dispomos ainda de uma avaliação dessa, mas se for um prédio mais rentável, porque está no centro da cidade, a hipótese de mudar a Face para o prédio da Fafich pode ser levantada. É apenas uma idéia, mas eu não tenho, no momento, dados sobre isto. Existem mudanças no "campus" que podem ser feitas. A expansão e ampliação de espaços para as unidades no "campus" estão sendo planejadas. Outra hipótese também poderia ser a transferência da Fundação "Mendes Pimentel" para o "campus" e alugarmos as salas do Edifício Acaiaca. Volto a insistir: nada disso será feito sem consulta aos interessados e sem ampla discussão.



APUBH: Voltamos a uma questão tão importante, como é o problema da democracia interna na UFMG, como a Reitoria vê esta questão?

— "Minha idéia é compartilhar o poder com os diretores."

Reitor: Quanto maior a autonomia da universidade maior é a necessidade de democracia interna, porque nós seremos responsáveis perante a comunidade universitária. Ela deverá fiscalizar a boa aplicação do dinheiro público. E a universidade lida com problemas que exigem competência, hierarquia, de maior experiência, excelência acadêmica, qualificação docente, etc. Este problema está sendo discutido no Conselho Universitário. Infelizmente as sugestões dadas pela comunidade foram muito reduzidas, muito menos do que poderíamos esperar, apesar de termos prolongado o prazo. Essa discussão vem se fazendo há mais de um ano e meio.

Na nossa universidade, acho que todo mundo está de acordo com a necessidade de maior autonomia. Mas o problema é saber que estratégia usar para atingir essa autonomia. Que caminhos trilhar para atingi-la? Isso realmente as pessoas não se dispõem a discutir.

APUBH: O que a Reitoria pretende fazer para garantir que as obrigações e deveres dos membros da comunidade universitária sejam cumpridos?

Reitor: A minha idéia é compartilhar realmente o poder com os diretores, os coordenadores de curso, os chefes de departamento. A instituição do chamado "ponto positivo" já nos permitiu descobrir um grande número de pessoas que não estão cumprindo suas obrigações.

Mas não podemos fiscalizar se o professor está ou não cumprindo o horário rigidamente; se ele está ou não fazendo pesquisa. Nós podemos fiscalizar a pesquisa pelo resultado. Os diretores que serão escolhidos brevemente deverão assumir plenamente suas responsabilidades diante dos problemas de dedicação dos professores. É um problema acadêmico e pedagógico muito mais do que uma questão meramente administrativa.

— "O departamento que fizer bobagem com a autonomia será penalizado por ela."

APUBH: Os pedidos de dedicação exclusiva são aprovados nas câmaras departamentais. A câmara é formada de professores, de colegas... O que fazer para evitar a prática de uma falsa questão de ética?

Reitor: Eu acho que autonomia departamental deve ser levada a sério. O departamento, se fizer bobagem com essa autonomia será penalizado por ela. Ele sofrerá as conseqüências. Vamos dizer que o departamento não tenha uma política de pessoal docente. Se ele não tiver, é claro que dentro de pouco tempo esse pessoal docente estará desqualificado. Ele não conseguirá, por exemplo, recursos para a pesquisa, dedicação exclusiva, quarenta horas, coisas deste tipo. O departamento, em breve, começará a sentir o peso dessa responsabilidade, que muitas vezes eles não assumem. Mas a maior parte dos departamentos da universidade assumem isso, principalmente o pessoal que tem mais tradição de pesquisa. Mas considero inútil partir para uma posição punitiva.

Temos de partir para uma descentralização em que os diretores, chefes de departamentos e coordendores exijam o cumprimento do horário, acompanhem a qualidade dos cursos e das aulas e incentivem a participação efetiva de todos os professores. Não podemos esquecer que, afinal, a primeira e mais elementar obrigação de uma Universidade é ser uma **boa universidade.** E só deste modo que a Universidade poderá adquirir credibilidade e merecer a confiança da Sociedade que a institui.

APUBH: Além dos problemas inicialmente encontrados houve também a questão de formar uma equipe para administrar a Universidade. Houve preocupação com a renovação dos quadros administrativos da UFMG?

Reitor: Há sim a preocupação de renovar. Mas não se pode mudar tudo, repentinamente. Neste sentido a primeira pessoa que está se repetindo sou eu mesmo, que era vice-reitor e passei a Reitor. Mas, gostaria de insistir, é fundamental promover a renovação da Universidade. Esta nem sempre coincide com a renovação de pessoas. É também a renovação de métodos e de modos de trabalhar. O professor Hélio Pontes foi pró-reitor de planejamento há cerca de dez anos. Mas, depois disso, ele, que já tinha boa experiência administrativa, se enriqueceu ainda mais no MEC e nos Estados Unidos. Além disso, ele é muito respeitado na comunidade universitária. Para a Pró-Reitoria Administrativa convidei o professor Márcio Quintão, um homem da maior integridade, com incrível disposição para o trabalho e com a energia necessária para suportar o peso enorme que representa a administração da Universidade. É um homem em que deposito a maior confiança. São os dois Pró-Reitores que pude escolher.

APUBH: E os demais integrantes da sua equipe?

— "Precisamos criar Universidades com características regionais."

Reitor: O Koehler é novo. Vem de uma área de pesquisa. Tem uma experiência muito boa na USP, onde trabalhava com pesquisa. Nós pretendemos que o Conselho de Pesquisa trabalhe, fundamentalmente, com os grupos que ainda não tiveram o apoio das agências financiadoras. Em parte, por não terem tradições de pesquisa ou mesmo por terem dificuldade em fazê-la. É inútil ficar esperando por verbas institucionais, por verbas orçamentárias, para realizar pesquisa. Isso não vamos conseguir nunca. A verba do Conselho de Pesquisa é ridícula. O que nós temos que fazer é tornar os setores da Universidade mais competitivos em termos de pesquisa no país. Certos setores já são altamente competitivos. Vamos dizer que as pesquisas feitas nas áreas das Ciências Físicas, da Metalurgia, das Ciências Biológicas e em algumas áreas das Ciências Humanas competem bem nessa seleção natural das melhores pesquisas. Vamos dando todo apoio a esses grupos, mas é também preciso que os outros grupos da universidade aumentem sua participação na pesquisa. Isto só pode ser feito de uma maneira: aumentando o volume de pedidos às agências de financiamento, para que, aumentado o volume, nós possamos aumentar também a possibilidade de receber mais recursos para as pesquisas.

Para completar a resposta, eu diria que tenho uma equipe de assessoria direta bastante qualificada. Para a Pró-Reitoria de Extensão acabamos de nomear o professor Renato Quintino dos Santos da Escola de Odontologia. É uma pessoa muito dinâmica e preocupada em continuar impulsionando a extensão para os caminhos apontados pelo Projeto Metropolitano, a idéia de criação de um centro de cultura popular e outras atividades que possibilitem maior ação da Universidade na comunidade. Tive a sorte de escolher dois excelentes colaboradores.

APUBH: Com relação à reforma universitária, como a Reitoria recebeu o anteprojeto preparado pelo Conselho de Reitores? O documento do Conselho de reitores incorpora algumas idéias apresentadas pelo Conselho Universitário da UFMG em novembro do ano passado?

Reitor: De fato, o documento preparado pelo Conselho Universitário da UFMG apresenta algumas idéias básicas que me parecem realmente terem sido acolhidas pelo Conselho de Reitores e talvez pelo próprio Ministro.

Embora o documento não concorde com algumas idéias do Ministro, por exemplo, na questão do ensino pago, — o documento defende o ensino público e gratuito (como eu também defendo) — o Ministro apreciou muito, principalmente no que se refere à idéia de descentralização ou regionalização. Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, com áreas bastante diferentes, não seria aconselhável que todas as universidades federais tivessem uma única forma. Talvez fosse melhor em vez de um modelo único, criar modelos diferentes de acordo com as características regionais. O ministro Ludwig e os reitores parece terem aceito essa idéia. Num segundo momento, as universidades seriam chamadas a tomarem seus próprios caminhos, a traçarem o seu perfil e se autodefinirem. Acredito que na elaboração do documento prevaleceu também uma certa idéia estratégica: existe uma quantidade apreciável de leis, decretos e portarias a embaraçar os caminhos dessa autonomia que os objetiva. Num primeiro momento, é preciso criar pré-condições para se conseguir essa autonomia da universidade. É preciso livrar essa coisa chamada "Universidade" de toda essa parafernália de leis.

A crise das Malvinas: Consequências político-estratégicas

William C. Smith **

Com a eclosão da crise das Malvinas, no dia 2 de abril, Argentina e Inglaterra começaram a caminhar pelo terreno perigoso que precede a guerra. Talvez, porém, não seja tão óbvio que os Estados Unidos é que poderão tornar-se a maior vítima do conflito. Aqui, nos limitaremos a um exame pormenorizado das possíveis conseqüências da crise do Atlântico Sul, deixando de lado questões de ordem jurídica e considerações de caráter técnico-militar de um confronto armado entre os dois países. Gostaríamos, portanto, de ressaltar principalmente os aspectos políticos decorrentes da crise, os quais se referem ao desafio à hegemonia político-diplomática e militar dos EUA e às mudanças significativas ocorridas no complicadíssimo quadro político interno da Argentina.

DESINTEGRAÇÃO DE HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

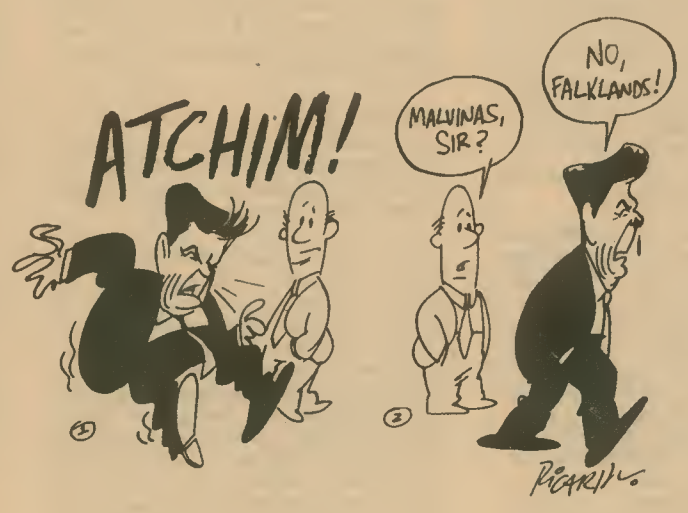
Os EUA são possivelmente o país com maiores problemas em relação às Malvinas. Independente do desfecho do conflito — solução de força ou acordo pela via diplomática —, este episódio revela, de forma exemplar, o malogro da virada na política exterior posta em prática pelo governo Reagan. Assim, só pode contribuir para acelerar a desintegração do projeto político-estratégico (estabelecimento de "consensos estratégicos" nas regiões de maior confronto Leste-Oeste) subjacente à visão bipolar dos problemas de política internacional (o "mundo livre" versus "ameaça comunista"), que tem caracterizado a posição norte-americana desde a posse de Reagan até o início de 1981. Podem-se identificar, em cinco planos diferentes, sinais dramáticos deste fracasso diplomático e do crescente demoronamento da estratégia global norte-americana, os quais vêm contribuindo para a crise de hegemonia de Washington no cenário internacional. Cada um deles está sendo exacerbado pelo conflito das Malvinas.

Primeiro, dentro do próprio governo norte-americano, fica cada vez mais evidente a falta de coerência e coordenação entre o Departamento de Estado (e também dentro dele), o Pentágono e o Conselho de Segurança Nacional, este último diretamente dependente da Casa Branca. E mais grave ainda, desde o ponto de vista de Washington, o **vaivém da ponte aérea** do secretário Alexander Haig evidencia a confusão e a luta pelo poder entre importantes grupos ideológicos "neoconservadores" e militares, estrategistas civis e interesses financeiros e econômicos. Enquantos os primeiros defendem a idéia de que é preciso relativizar a tradicional importância dada à Europa, na visão estratégica de Washington, em troca de mais atenção aos problemas de segurança na América Latina, os últimos continuam a ver na Europa Ocidental, e sobretudo numa Inglaterra sob a liderança da primeira-ministra Margaret Thatcher e do Partido Conservador, o aliado preferencial dos EUA na rivalidade com o Bloco Socialista e na defesa do sistema econômico mundial, desafiado pela recessão generalizada e pelos países do Sul.

Segundo, com respeito à Europa, a crise entre a Argentina e a Inglaterra não só ameaça a amizade e estreita colaboração dos EUA com seu parceiro britânico, mas também, seguramente, fortalece as correntes nos países da OTAN que já começaram a pensar seriamente em articular uma política de defesa e uma diplomacia próprias, com crescente autonomia frente aos EUA. Este "desengajamento" diplomático-militar e econômico não se limitaria apenas à própria Europa, tendo também claras projeções no Oriente Médio, Sul da África, América Central, etc.

Terceiro, com respeito ao barril de pólvora que é o Oriente Médio, a ênfase obsessiva e o aparente malogro diplomático da misão Haig no caso das Malvinas, provavelmente tornarão ainda mais problemática a construção de um "consenso estratégico" que inclua os regimes árabes moderados. A inépcia demonstrada pela mediação no Atlântico Sul dificilmente redundaria em maior credibilidade norte-americana na tarefa, talvez impossível, de pelo menos atenuar a agressividade de Israel em questões tão quentes como a dos palestinos na Cisjordânia, da presença da OLP e da Síria no Líbano ou a implementação final dos Acordos de Camp David. Nem levaria a Arábia Saudita, por exemplo, a confiar muito na proteção norte-americana frente à possibilidade, decorrente da vitória de Irã sobre Iraque, de extensão da "revolução islâmica" pela região.

Quarto, no conflito Leste-Oeste, o episódio das Malvinas promete abrir novos espaços estratégicos e novas oportunidades econômicas para a União Soviética no Atlântico Sul. Por exemplo, quando as Forças Armadas tomaram o poder na Argentina, as exportações para a União Soviética totalizavam apenas 219 milhões de dólares, mas em 1980, só quatro anos depois, já haviam aumentado para 1 bilhão 615 milhões e em 1982 podem alcançar 3 bilhões de dólares. Também, seguramente, a crise no bloco ocidental, provocada pelo conflito Argentina-Inglaterra, colocará sérios obstáculos à diplomacia norte-americana, com respeito à ocupação soviética no Afeganistão, frente à



situação surgida em conseqüência do golpe militar na Polônia e frente a um possível **rapprochement** entre a União Soviética e a China.

Finalmente, e talvez mais importante para o Brasil, qualquer desfecho da crise das Malvinas (mas sobretudo no caso de uma vitória argentina, não importa muito se pela via das armas ou da diplomacia) poderia comprometer seriamente a estabilidade estratégica do Cone Sul e, por extensão, do resto da América Latina, especialmente na extremamente perigosa situação centro-americana. É só pensar na potencialidade de confrontação violenta (geradora de condições não só propícias a golpes militares mas também de situações pré-revolucionárias) presente nos múltiplos conflitos e divergências não resolvidos na América Latina, muitos deles tão históricos como o conflito sobre as Malvinas. Entre esses, por exemplo, destacam-se as questões entre a própria Argentina e o Chile no caso Beagle, conflitos territoriais entre o Peru e o Equador, entre a Venezuela e a Güiana, a Guatemala e Belize e a antiga reivindicação da Bolívia por uma saída para o mar. Com respeito à América Central, a descoberta dos militares argentinos de que talvez os EUA não sejam um aliado tão "confiável" como pensavam — esta constatação está revelada na crescente irritação de Buenos Aires com o tilt pró-britânico da mediação norte-americana — contém o perigo de fazer com que Reagan e Haig percam o apoio do único país do continente a sustentar integralmente a sua política em El Salvador e seus planos de desestabilização da revolução sandinista. Nesse contexto, Reagan-Haig poderiam ultrapassar o recorde de incompetência de Jimmy Carter na manutenção da hegemonia norte-americana na região.

As conseqüências de uma decadência crescente da hegemonia político-diplomática e militar dos EUA na América Latina provavelmente são tão perigosas como imprevisíveis. Se, numa primeira análise, pode-se levantar a hipótese de que tal circunstância abra novos espaços para mudanças progressistas na região, é igualmente, se não mais, provável que leve os grupos dominantes locais e o próprio governo Reagan a assumir posturas muito mais intransigentes frente aos desejos populares de transformações profundas nas estruturas políticas, econômicas e sociais.

"ABERTURA" DO REGIME MILITAR NA ARGENTINA?

A crise das Malvinas tem mexido de alto a baixo com a sociedade argentina e, sobretudo, com o regime militar chefiado pelo General Leopoldo Fortunato Galtieri. A apatia, o cinismo cívico e a desmobilização política, características permanentes da Argentina desde o golpe que derrubou o peronismo em 1976, parecem ter sido ultrapassados desde a gigante manifestação do dia 10 de abril, quando 150-300 mil pessoas, a maioria composta de facções diversas do movimento peronista e de outras correntes da esquerda, lotaram a Plaza de Mayo. Para se ter uma idéia da importância desta radical transformação, é só lembrar o ambiente da história recente do país: um terrorismo estatal sem precedentes no Cone Sul, com 10-15 mil mortos e talvez outros 15-25 mil seqüestrados, depois dados como "desaparecidos", indivíduos que o regime declara "ausentes para sempre", para não falar das centenas de milhares que tiveram que escolher o duro caminho do exílio. Acrescente-se a este quadro de devastação humana, praticada em nome do "Processo de Reorganização Nacional" e de a defesa dos valores "ocidentais e cristãos", de a pior crise econômica em toda a história do país. A dívida externa pulou de 13 bilhões de dólares em 1976, para 34 bilhões de dólares, em 1982; boa parte do parque industrial nacional está desativado, com níveis de de semprego jamais vistos (acima de 15% num país acostumado a taxas de 4-5%); a especulação financeira que atinge proporções realmente espetaculares; uma inflação da ordem de 150% por ano; e um crescimento negativo do PIB em 4 dos 6 anos do atual regime militar.

Mas apesar desse cenário desalentador, o regime militar tem conseguido mobilizar e agrupar em torno de si virtualmente todos os setores sociais e políticos (veja o apelo patriótico lançado no México por Mario Firmenich, chefe dos Montoneros). É claro que este apoio maciço decorre da crise das Malvinas e nada deve às qualidades do governo Galtieri. Mesmo assim, não deixa de ser impressionante. Resta discutir, porém, a profundidade, abrangência e durabilidade desse apoio popular. Resta saber, também, se este apoio pode ser canalizado e aproveitado pelos militares para avançar seu próprio projeto de "reorganização" da nação, ou se este apoio não representaria o primeiro passo, num longo caminhar político, no sentido da reativação da sociedade civil, duramente golpeada, mas jamais vencida. Nesse último caso, a conseqüência mais imediata seria a forte mobilização de forças sociais e políticas portadoras de projetos de redemocratização e transformações econômico-sociais profundas. Se a segunda hipótese se concretizasse, as Forças Armadas teriam que enfrentar desafios que ameaçariam ultrapassar amplamente sua capacidade de controle político ou de repressão física.

Conjecturando sobre o novo leque de possíveis cenários políticos que se abre a partir de agora, podem-se identificar claros sinais da firme intenção das forças de oposição no sentido de aproveitar inteligentemente a pequena brecha aberta pelo engajamento cívico despertado pela necessidade do governo Galtieri de consolidar a frente interna num contexto de ameaças externas. Neste novo quadro estratégico, marcado por uma brusca mudança na correlação de forças, pelo menos três caminhos abrem-se para o regime Galtieri e para as Forças Armadas. Primeiro, poder-se-ia tentar uma saída "populista", através da manipulação da efervescência cívica gerada pelos apelos à defesa da nação. Neste sentido, há várias combinações possíveis, mas basicamente consistiria de uma oferta tipicamente corporativista de "participação" aos sindicatos operários (predominantemente peronistas agrupados na CGT) e às associações de classe do empresariado (basicamente a União Industrial Argentina e os representantes dos produtores rurais, especialmente a burguesia pampeana). Nesse caso, o regime poderia tentar relegar os partidos políticos tradicionais, que acusa de serem "superados e sem representatividade", a um segundo plano na gerência dos assuntos do Estado. Nas atuais circunstâncias político-econômicas da Argentina, o principal obstáculo a este tipo de populismo militar seria a premente necessidade de prometer, e implementar pelo menos inicial e parcialmente, reformas sociais e mudanças mais ou menos profundas na política econômica liberal-monetarista vigente desde 1976. Essas reformas seriam necessárias para, primeiro, reativar o setor industrial, assim apaziguando não somente os pequenos e médios empresários nacionais mas também as grandes empresas transnacionais, e, segundo, para restaurar, pelo menos um pouco, o poder de compra dos salários da classe operária e dos setores médios, fortemente deteriorados nos últimos seis anos. Para dizer o mínimo, tais reformas seriam sumamente difíceis de levar a cabo no contexto da profunda recessão, superinflação e estrangulamento externo que caracterizam a economia argentina na atual conjuntura.

Uma segunda saída política imaginável seria a reedição do "Grande Acordo Nacional" (GAN) que vigorou durante a última fase do ciclo militar anterior. Tal "Acordo", uma espécie de governo de "unidade nacional", encontraria suas bases de sustentação nos setores moderados dos partidos políticos tradicionais, agrupados na chamada Multipartidária (peronismo, radicalismo, democracia cristã e os "desenvolvimentistas"). Neste esquema, a ênfase na "participação" e o emprego de mecanismos corporativistas (Conselhos Econômicos-Sociais, etc.) seria bem menor que no caso de uma saída populista. Um projeto de "Grande Acordo Nacional" incluiria também, provavelmente, a tentativa de estruturar um partido situacionista comprometido com a continuidade do "Processo de Reorganização Nacional", tão caro aos militares. No plano econômico-social, o GAN talvez seja mais moderado, menos "demagógico", e muito menos mobilizador que uma saída populista. Embora possa satisfazer setores mais "duros" dentro das Forças Armadas, o GAN teria a desvantagem de provavelmente dissipar rapidamente o capital político gerado pela crise das Malvinas. Em todo caso, e apesar dos problemas e riscos evidentes, o GAN talvez seja um caminho menos acidentado, se bem que mais longo ("lento e gradual"), na busca de uma "abertura" verdadeira, visando à liberalização/redemocratização do regime autoritário. Neste sentido, assemelha-se aos casos da Espanha, de Portugal, da Grécia e do próprio Brasil. Pela mesma razão, talvez seja a opção mais segura, com a promessa de uma saída "honrosa" para os militares, agora relegados ao quase total isolamento político e temerosos da radicalização das oposições (revanchismo, Tribunal de Nuremberg, etc.), que poderia implicar um perigoso "salto no vazio" para o regime.

Embora desagradável, é mister admitir a possibilidade de uma terceira saída: o "fechamento" do sistema político, com um forte endurecimento da repressão e a manutenção da desacreditada política econômica monetarista. Essa alternativa seria, seguramente, a mais perigosa (inclusive para Galtieri, que provavelmente cairia), tanto para os próprios militares como para o povo argentino. Além de implicar, necessariamente, uma alta dose de repressão, talvez tão feroz como a exercida durante a "guerra suja" contra os grupos embarcados na luta armada, o fechamento político quase certamente levaria à radicalização, inclusive da oposição moderada representada pela Multipartidária. Sem muito exagero, poder-se-ia ver num possível fechamento o embrião de uma trágica guerra civil, a eclodir num futuro não muito longínquo. Nesse sentido, é eloqüente a observação de Oscar Camilión, ex-chanceler e ex-embaixador argentino no Brasil: "O governo embarcou a todos, inclusive às lideranças políticas, num bote em meio à tormenta. Ao chegar ao porto, não pode dizer: "Desembarque, que agora sigo sozinho".

A advertência de Camilión (repetida por outras figuras partidárias, sindicais e, inclusive, do próprio governo) é altamente significativa, pois aponta para um fato político novo: durante o último mês, as forças contrárias à "reorganização" militar do país têm conseguido não só abrir novos espaços de atuação político-ideológica, mas também estão mostrando-se bastante inteligentes e capazes na preparação de uma ofensiva político-estratégica de longo alcance. É neste sentido que a crise das Malvinas representa uma faca de dois gumes para as Forças Armadas. Embora para os militares da crise facilite, circunstancialmente, negociar com a oposição civil a partir de uma posição de relativa força — algo de que não dispunha antes —, o mesmo ocorre para os líderes políticos e sindicais e para os dirigentes empresariais.

Vale a pena constatar aqui a cautela que tem marcado, até agora, os desdobramentos da estratégia e táticas oposicionistas. Esta cautela se deve, principalmente, à necessidade da oposição de mostrar a falácia de certas interpretações, correntes entre alguns setores militares, que analisam as manifestações de apoio popular ao governo como um respaldo incondicional ao regime como um todo. Nesse ponto, os líderes da oposição têm sido taxativos na sua insistência de que apenas apóiam irrestritamente a defesa da soberania argentina sobre as Malvinas. As lideranças partidárias e sindicais são muito claras a respeito: continuam firmes na disposição de criticar duramente a política econômica monetarista defendida pelos grupos financeiros internacionais e nacionais. Quando Roberto Alemann, o ministro de economia e representante típico desta "direita econômica", ousou aparecer na sacada da Casa Rosada, durante a manifestação ocorrida no dia 10 de abril, foi recebido com o coro de "Ya se van/Yan se van/Se fueron los ingleses/Que se vaya el Alemann". Enfatizam, com igual ou mais vigor, a exigência urgente de "normalização institucional" do país no sentido do fim do regime autoritário e da volta à democracia. Como diz um importante dirigente da Multipartidária: "Passamos da lua-de-mel para uma simples trégua, precária e de curta duração".

Com o agravamento do confronto com a Inglaterra, os militares têm demonstrado uma crescente sensibilidade à fragilidade desta "trégua" e à conseqüente precariedade de sua posição diante da nova situação. Uma sentença reveladora, neste sentido, foi feita recentemente pelo coronel Bernardo Menéndez, subsecretário de assuntos institucionais do Ministério do Interior e assessor direto do presidente Galtieri: "Estou absolutamente convencido de que teremos de falar de uma Argentina anterior e posterior ao 2 de abril de 1982 (...) estes fatos tão importantes na história de um povo significam o fim de um capítulo". O coronel completa este raciocínio dizendo que "o governo vai ter que instrumentar uma participação muito importante dos setores partidários, sindicais e empresariais nesta hora". Apesar da acuidade desta análise, o que se sabe dos "planos de contingência" do regime não vai além de vagas promessas de "apressar" o processo de normalização política, sem mencionar mecanismos ou prazos. Mesmo assim, o regime ainda terá mais um pouco de tempo. Enquanto persista qualquer possibilidade de saída diplomática, ou se aproxime um desenlace por via das armas, tanto os militares como as oposições civis se esforçarão para evitar atritos maiores. No entanto, é lícito se perguntar se mais cedo ou mais tarde, e seguramente mais cedo do que Galtieri e os militares o desejem, as Forças Armadas não tenham que se pronunciar de maneira mais definitiva, assumindo um compromisso mais claro com respeito à redemocratização do país.

Tão logo se supere o confronto no Atlântico Sul, todas essas questões vão ocupar o centro das preocupações não só em Buenos Aires, mas também em Washington, em Brasília e em outras capitais latino-americanas. Embora a crise das Malvinas esteja longe de ser decidida, seja qual for o desfecho, já a esta altura pode-se afirmar que encerra-se uma etapa importante no ciclo militar iniciado a 24 de março de 1976, mesmo que a Casa Rosada continue ocupada por um general-presidente por um período indeterminado. O quadro político da Argentina jamais voltará a ser aquele que foi antes da invasão das Malvinas. E isto já seria um importante e bem-vindo passo à frente para o povo argentino e para a América Latina.

* Este artigo tenta, embora bastante superficialmente, abordar alguns temas que, na opinião do autor, não têm sido devidamente tratados pela imprensa brasileira. Como toda análise de conjuntura, porém, é altamente suscetível a rápida superação pela marcha dos acontecimentos.

** Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Stanford (EUA). Professor Adjunto no Departamento de Ciência Política da UFMG e pesquisador no Programa de Estudos Comparativos Latino-Americanos (Pecla).

Cursos, Seminários, Dicas, Palestras, Conferências. A APUBH abre um espaço Para a opinião e o debate

Lamentável

A Universidade perdeu uma excelente oportunidade para avançar no processo de discussão instituído durante o período de formação da lista sêxtupla para a escolha do reitor. Foi, no início do mandato do atual reitor, que os professores Carlos Américo Fattini, diretor do ICB; José Alberto Magno de Carvalho, diretor do CEDEPLAR; José Oswaldo Costa, diretor da Escola de Veterinária; Antônio Cândido de Melo Carvalho, atual pró-reitor de graduação; Jarbas Bruno, coordenador do vestibular e Suzy Pimenta de Melo, diretora da Escola de Arquitetura foram eleitos para integrar a lista sêxtupla para a escolha do novo vice-reitor da UFMG, pelo Presidente da República.

O reitor, professor José Henrique Santos, garantiu que a formação da lista para a escolha do novo vice-reitor ocorreu num período de muitas dificuldades. A principal delas foi a greve estudantil no início do ano letivo. Depois foram os problemas de formação da nova equipe de assessoria da Reitoria. Realmente os motivos do reitor são justificáveis, mas a oportunidade de prosseguir no debate sobre a real participação da comunidade na escolha de um dos seus dirigentes mais importantes não foi bem aproveitada.

ELOGIÁVEL

"Quarta, doze e meia" e "Sexta, 13" são duas promoções do Conselho de Extensão da Universidade que merecem o estímulo e a participação da comunidade universitária. São eventos que permitem maior integração dos estudantes, funcionários e professores com uma programação de excelente nível cultural. A ASSUMFEMG e as unidades envolvidas na programação também estão de parabéns. A qualidade de vida exige, além de melhores condições de ensino e melhores condições de trabalho, incorporação também de uma boa programação cultural, esportiva e de lazer.

Bom foi, mas a participação foi pequena

A APUBH, com o apoio da Reitoria da UFMG e atendendo recomendação do I Congresso Nacional da ANDES, realizado em fevereiro na cidade de Florianópolis, promoveu um Simpósio sobre a Universidade Brasileira: Autonomia e Responsabilidade. O Simpósio, realizado na Faculdade de Educação, foi coordenado pelo professor Neidson Rodrigues. Os principais assuntos discutidos foram os seguintes: Dia 15 de abril "Financiamento da Universidade: situação atual e alternativas". Os expositores foram os professores Carlos Alberto Afonso, do IBASE, e José Carlos Melchio, da Universidade de São Paulo. Dia 16 de abril "O Sentido Político da Autonomia: as relações Universidade/ Estado/ Sociedade". Os expositores foram os professores Dalmo Dalari, da USP, o Reitor da UFMG, professor José Henrique Santos e o professor Neidson Rodrigues, da Faculdade de Educação da UFMG. Dia 19 de abril "Autogestão Administrativa e Estrutura de Responsabilidades". Os expositores foram os professores Hélio Pontes, Ivan Campos Moura, Glaura Vasques e Otávio Elísio Alves de Brito, todos da UFMG. O último debate do simpósio ocorreu no dia 20 de abril. O tema foi "Democratização Interna: o conflito e o consenso na Universidade". Os expositores foram os professores Fábio Wanderley, Edgar Pontes de Magalhães, Roberto Martins e Margarida Vieira.

Um dos principais objetivos do simpósio foi uma discussão sobre a reforma da universidade, tendo em vista a realização de um encontro nacional de professores para discutir o assunto em Belo Horizonte, em junho. Apesar da importância do debate e da ampla divulgação do simpósio na Universidade a participação dos professores foi muito pouco significativa. Em termos qualitativos o debate foi considerado muito bom. A APUBH pretende resgatar pelos menos alguns de seus momentos mais importantes através da divulgação — a mais completa possível — de seus resultados.

Na hora certa!...

O Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, através do seu Programa de Estudos Comparativos Latino-Americanos (PECLA), ofereceu excelente contribuição para a reflexão a propósito das "Relações Estados Unidos-América Latina".

A IV Semana de Estudos Latino-Americanos do Pecla colocou na ordem do dia um dos assuntos mais importantes para o futuro das relações dos Estados Unidos com os demais países do Continente, num momento em que as posições assumidas pelo Governo norte-americano no conflito anglo-argentino pelas Malvinas foram assimiladas como uma política de alinhamento de países ricos, de um lado (Norte) e países pobres, (Sul) de outro.

O Ex-Ministro da Educação, professor Darcy Ribeiro, no dia 10/05, às 14 horas, falou sobre as "Relações Culturais entre as Américas". No dia 11, foi a vez de o professor Fernando Henrique Cardoso discorrer sobre "A Posição do Brasil no Sistema Americano". Dia 13, o professor Guilhermo O' Donnel falou sobre "A Política Externa dos Estados Unidos frente à América Latina". "As Relações Econômicas das Américas e o Sistema Capitalista Mundial" foi o tema do professor Samuel Lichtensztejn. A semana de estudos foi encerrada com palestra do professor Hélio Jaguaribe sobre "As Perspectivas do Sistema Inter-Americano".

Todas as palestras foram realizadas no auditório do subsolo da Fafich, com entrada livre para os interessados. Além de uma excelente oportunidade para contato com especialistas em assuntos latino-americanos, a promoção do DCP pode ser considerada um dos eventos mais importantes para as pessoas interessadas em conhecer e especular sobre o futuro do Continente após o conflito entre a Inglaterra e a Argentina. A Universidade e a comunidade receberam com aplausos a IV Semana de Estudos do PECLA. O DCP e a Fafich estão de parabéns.

Anote na agenda!...

A Comissão Pró-Federação da Mulher Mineira, dentro da sua programação de atividades para o mês de maio, realizará, no próximo dia 29, às 15 horas, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG um debate sobre "Planejamento Familiar ou Controle da Natalidade?".

V CONAD

Para fixar a posição da Associação Nacional de Docentes (ANDES) com relação ao problema da Reforma da Universidade será realizado em Belo Horizonte, no período de 10 a 13 de junho, o quinto conselho nacional de associações de docentes. Os debates deverão ser realizados na Faculdade de Arquitetura da UFMG. Para fundamentar as decisões do CONAD, nos dois primeiros dias do encontro, será realizado um simpósio nacional sobre reestruturação da universidade.

MUITO IMPORTANTE

Um dos acontecimentos mais importantes para o setor educacional do País, num ano eleitoral, será a II Conferência Brasileira de Educação programada para o período de 10 a 13 de junho no "campus" da Universidade Federal de Minas Gerais. O evento é promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea e o Centro de Estudos Educação e Sociedade.

O tema geral da II Conferência Brasileira de Educação é "Educação: Perspectivas na Democratização da Sociedade". O tema central foi subdividido nos seguintes subtemas: "Os Profissionais da Educação", para discutir a formação e a atuação das associações de educadores, estando eles no sistema formal de ensino ou não. A gestão da Educação, envolvendo as principais questões de organização e administração colocadas para os educadores, seja no interior dos sistemas de ensino ou fora das organizações educacionais. "Educação e Participação Popular", para debater a questão da democratização do ensino com ênfase nos esforços de participação mais ampla da população no processo educacional. "A Questão Pedagógica", procurando enfatizar a dimensão política da ação pedagógica, considerados os componentes internos do sistema de ensino.

POLITIZAÇÃO

Num ano eleitoral, com natural envolvimento dos educadores no processo de mobilização no interior dos partidos ou fora deles, as questões políticas passam a receber privilegiado tratamento nos debates que se processam nas associações docentes e nas entidades e associações técnicas e científicas que congregam estudantes, profissionais e pesquisadores das diversas áreas da Universidade. Na II CBE, por exemplo, serão realizados simpósios para debater questões eminentemente políticas. "Partidos Políticos: Propostas Alternativas para a Educação", "Participação Popular na Escola: As Estratégias de Luta pelo Acesso e Permanência", "O Saber Escolar e as Condições de Vida das Camadas Populares" são apenas alguns simpósios programados e demonstram a preocupação dos educadores com as questões políticas da sociedade brasileira.

Além dos simpósios, durante a II CBE, serão desenvolvidas outras atividades sob a forma de painéis, reuniões de grupos e sessões plenárias. Na sessão de abertura haverá um debate "Pelo Ensino Público". Na sessão de encerramento será apresentado ao plenário um documento público e conclusivo da Conferência para ser apreciado pelos participantes.

As inscrições para a II Conferência Brasileira de Educação estão sendo recebidas na Faculdade de Educação da UFMG — Sala 59, na Av. Antônio Carlos, 6627 — Campus da Cidade Universitária da Pampulha. Os associados das entidades promotoras do evento pagarão inscrição de Cr$ 2 mil e os demais interessados Cr$ 3 mil.

VEM AÍ UM BOM DEBATE

O Conselho de Pós-Graduação da UFMG deverá divulgar nos próximos dias o programa completo do Simpósio de Pós-Graduação e Pesquisa que será realizado no "campus" da Pampulha em diversas unidades localizadas no centro da cidade, no período de 31 de maio a 4 de junho. O tema principal do simpósio é a "Situação Atual e Perspectivas da Pós-Graduação na UFMG."

A produtividade científica, pesquisa e desenvolvimento social, administração da pós-graduação, situação do estudante de pós-graduação, pós-graduação e especialização, captação de recursos para os programas de pós-graduação são assuntos que serão debatidos em mesas-redondas, conferências, debates, painéis e grupos de discussão.

Está sendo organizada também uma exposição de teses defendidas na UFMG em 1981 e disponíveis no Conselho de Pós-Graduação. A quantidade e a qualidade do material produzido tem passado quase despercebida pela comunidade universitária e pela população de uma maneira mais ampla. O Reitor da UFMG, professor José Henrique Santos, acredita que a realização do simpósio, além de permitir o aprofundamento da questões de pesquisa e pós-graduação no âmbito da Universidade, servirá também para mostrar uma produção científica que precisa ser colocada ao alcance e à disposição de todos os interessados.

Compromisso com quem?

1) Um dossiê preparado pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas), demonstra que o governo comprometeu para a implantação de 33 grandes projetos nos próximos 10 anos, um total de nada menos que 320 bilhões de dólares, incluindo os juros e os serviços para o movimento de tal volume de recursos. Vale a pena lembrar que isso representa uma soma de recursos iguais a 10 anos do orçamento nacional. E vejam bem. Apenas para os 33 grandes projetos, isto é, aqueles que apresentam uma previsão mínima de 1 bilhão de dólares.

Somente uma conclusão é possível. Recursos existem. O que não há são verbas, isto é, recursos alocados para os setores sociais. Isto é óbvio, pois o compromisso do Estado não é para com a sociedade brasileira, e sim para com os agentes do capitalismo mundial...

2) Considera o governo uma injustiça social fantástica destinar recursos de "todos os brasileiros' para o fornecimento de refeições subsidiadas aos estudantes de nível superior. É injustiça, anuncia o governo porque destina-se 1,5 ... ão de cruzeiros para benefício de apenas 50 mil privilegiados. Estranha preocupação. Quem sabe saudável até.

Porque de agora em diante esperamos que todos os recursos e verbas do governo possam se destinar a beneficiar a todos, já que todos os seus recursos provêm de todos. Somente gostaríamos que nos respondessem a algumas pequenas questões: quanto o governo gastou para construir a ponte Rio-Niterói e quantos são os brasileiros beneficiados?. Quanto o governo está gastando no financiamento da exportação e quantos são os beneficiados? quanto está sendo investido na indústria de armamentos, e quantos milhões de brasileiros são atendidos? quanto está sendo gasto para implantação das usinas atômicas? e quantos milhões serão premiados? E o BNH? ele recebe dinheiro de quantos milhões de trabalhadores, justamente com o PIS-PASEP? e todos os trabalhadores inscritos no PIS-PASEP e FGTS têm condições de receberem a sua casa própria ou os fundos estão beneficiando apenas uma pequena parcela de cidadãos e outros setores desconhecidos?
(Neidson Rodrigues)

Conselho de Reitores já tem seu Projeto de Reforma Universitária

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras encaminhou recentemente ao MEC o resultado do trabalho de um grupo constituído em novembro do ano passado, com o objetivo de apresentar sugestões sobre a reformulação estrutural das universidades federais, principalmente quanto à autonomia e à política de pessoal docente e técnico-administrativo.

Para o grupo, a reformulação deve ser feita em duas etapas. Na primeira, procurar-se-ia assegurar a autonomia universitária, pela identificação e remoção dos entraves legais. Na segunda, assegurada a plena autonomia, "as Instituições analisarão e buscarão a reformulação ampla e profunda de toda a sua estrutura".

O CRUB considerou que a primeira etapa pode ser cumprida pela aprovação de um projeto de lei, cuja minuta encaminhou ao MEC e transcrevemos a seguir.

PROJETO DE LEI
(Minuta)

LEI Nº..., de ... de ..... de ....

Dispõe sobre autonomia de Universidades e Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, instituídos ou mantidos pela União, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — É assegurada às Universidades, instituídas ou mantidas pela União, autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira.

Art. 2º — A autonomia, referida no artigo anterior, compreende a competência para:

I — elaborar estatutos e regimentos;

II — elaborar regulamentos de pessoal docente, técnico e administrativo, inclusive estruturar as respectivas carreiras e fixar níveis de retribuição, regime de trabalho, regime disciplinar e critérios de seleção, admissão e promoção;

III — fixar normas e critérios para a escolha dos respectivos dirigentes;

IV — exercer a livre gestão de recursos econômicos, financeiros e de bens patrimoniais e a livre utilização de saldos orçamentários e de receita própria;

V — criar, organizar, reconhecer e credenciar cursos de graduação, de pós-graduação e outros, a serem realizados na sede da instituição ou fora dela, segundo normas próprias, observados os critérios gerais fixados pelo Conselho Federal de Educação;

VI — adotar o regime financeiro e o regime contábil que melhor atendam às peculiaridades de instituição, observados os princípios básicos estabelecidos na legislação sobre "Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços" e as instruções do Ministério da Educação e Cultura na espécie;

VII — fixar normas próprias de licitação para compras, obras e serviços e para alienação de bens móveis e semoventes.

§ 1º — Dependem de homologação do Ministro de Estado da Educação e Cultura os atos decorrentes da competência definida nos itens I a III, deste artigo.

§ 2º — Os orçamentos anuais e os orçamentos plurianuais de investimento devem consolidar as receitas previstas, independentemente de sua origem e natureza.

Art. 3º — O orçamento da União deve assegurar a cada instituição dotações financeiras globais necessárias e suficientes à execução de atividades normais e pleno funcionamento.

Art. 4º — Cada Universidade, consideradas suas peculiaridades, adequará sua estrutura organizacional às disposições desta lei.

Parágrafo único — Quando instituídas pela União sob a forma de fundação, as Universidades devem caracterizar nos respectivos estatutos ou regimentos a unicidade de pessoa jurídica.

Art. 5º — Aplicam-se aos estabelecimentos isolados de ensino superior, vinculados ao Ministério da Educação e Cultura, as disposições desta lei.

Art. 6º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, fixando as normas para sua aplicação.

Art. 7º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

TEMPO DE ELEIÇÃO

Estamos vivendo um ano eleitoral. Na UFMG, depois da escolha do Reitor vários processos eleitorais estão em andamento. Eleição para os cargos de Vice-Reitor, Diretores de Unidades. A eleição para o Conselho de escolha dos representantes da APUBH e Diretoria da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, está na página 8.

ELEIÇÕES

Todos os associados da APUBH estão convocados para a eleição do Conselho de Representantes nos dias 26 e 27 do corrente. Simultaneamente será realizada a eleição para a diretoria da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES).

Para promover a mobilização dos professores e garantir a participação dos interessados serão constituídas mesas eleitorais em todas as unidades da UFMG. Os não associados da APUBH poderão se inscrever até o momento da eleição, com direito a voto.

Para a eleição da ANDES existe apenas uma chapa que tem a seguinte constituição:

Presidente: Luis Pinguelli Rosa, da UFRJ; Primeiro Vice-Presidente: Flávio Valente, da UF Bahia; Segundo Vice-Presidente: Aloizio Mercadante, da PUC de São Paulo; Suplente para os cargos da Presidência: Rubens Pinto Lyra, da UF/Paraíba; Secretário Geral: Newton Lima Neto, UF São Carlos; Primeiro Secretário: Raul Guenther, UF de Santa Catarina; Segundo Secretário: Ubirajara Dorea Rebouça, UF Bahia; Suplente dos Cargos de Tesouraria: Wolfgang Leo Maar, UF de São Carlos; Primeiro Tesoureiro: Marco Antônio Leite, UF de Goiás; Segundo Tesoureiro: Maria José Ribeiro, UF de Juiz de Fora; Suplente dos cargos de Tesoureiro: Moema Soares de Castro, da Universidade Federal da Paraíba.

Nove vice-presidentes e seus respectivos suplentes também integram a chapa encabeçada por Luiz Pinguelli Rosa. A Vice-Presidência da Regional Leste será disputada pelo presidente da APUBH, Roberto Martins e a suplência pela diretora da Associação de Docentes Universitários da Universidade Federal do Espírito Santo, Eugênia Raizer.

Em tempo de "abertura" a UFMG pode fechar a creche



A creche do "campus" está ameaçada de fechar suas portas. As verbas acabaram no dia 7 de abril e a Reitoria se declara impedida, por decreto presidencial, de contratar os 30 funcionários selecionados pela Assufemg que estavam trabalhando desde fevereiro. No último dia 29 de abril os pais, reunidos em assembléia, decidiram demitir a coordenadora e resolveram administrar a creche. Após a assembléia, os pais, acompanhados das crianças, saíram em passeata pelo "campus",

A Reitoria se compromete a fornecer a infra-estrutura: material permanente, material de consumo, ou ainda a deslocar funcionários não especializados do quadro de pessoal da Universidade. Quanto aos funcionários selecionados pela Assufemg, a Reitoria diz apenas que uma comissão do Conselho Universitário está estudando o assunto. Essa comissão começou seus trabalhos ainda no final do ano passado. Até agora o que existe é um levantamento estatístico sobre as outras creches em funcionamento na Universidade e uma conclusão não definitiva sobre a impossibilidade de a creche funcionar com recursos vindos da própria Reitoria.

Com capacidade para atender 130 crianças, a creche do "campus" tem hoje matriculadas 62. Isso, segundo os funcionários, se deve à situação de insegurança em que vive a creche desde a sua inauguração. "Os pais temem matricular os filhos, retirando-os de outras escolas onde se encontram, antes que a situação se defina", assegura um funcionário. Para atender as 62 crianças são necessários 12 monitores e 3 professores, o que perfaz um total de salários no valor de Cr$ 556 mil. A contribuição recolhida dos pais, entre 2 e 6 mil cruzeiros, variando em função dos salários, representa um montante de Cr$ 300 mil, o que é insuficiente para o pagamento dos 15 funcionários.

Os pais aguardam uma resposta oficial da Reitoria. "Fecha ou dá a verba", segundo eles. Para o professor Carlos Dalton Machado a creche tem que ser viável, possível de ser administrada. Na condição de representante da comissão do Conselho Universitário que estuda o problema, o professor Machado acrescentou que não há possibilidade de se conseguir o repasse de verbas. Concluiu dizendo que a Universidade não pode "definitivamente" arcar com as despesas da creche. Os pais e funcionários acreditam que a Reitoria tem formas de pressionar o MEC e conseguir a verba para que a creche não seja desativada. Esperam a resposta oficial, embora já conheçam seu conteúdo.

PEQUENO HISTÓRICO

A idéia é antiga, mas só em 1979 ganhou forma com a criação do "Grupo Pró-Creche". Ao grupo coube, em um primeiro momento, a tarefa de elaborar propostas e descobrir, dentro da Universidade, o espaço físico. O restaurante Setorial I, na época desativado, seria o espaço ideal, se adaptado. A Reitoria concordou e as reformas ficaram prontas em março de 1981. O então reitor, Celso Vasconcelos, designou a Assufemg para a gerência da creche.

Foram feitos vários debates entre as associações da comunidade universitária para discutir o funcionamento da creche. Abriu-se a pré-inscrição de criação. Os critérios para preenchimento de vagas dariam preferência aos professores e funcionários, por último os estudantes. O "Grupo Pró-Creche" desconhece esses critérios. Marília Matta Machado, do grupo, não se lembra da reunião em que tais prioridades tenham sido discutidas. O assunto foi esquecido pois hoje a creche tem vagas sobrando, mas deve ser repensado.

Tem-se a impressão de que com a Assufemg assumindo a administração, o Grupo se afastou, chegando a se ausentar totalmente do processo de implantação da creche. Seus componentes evitam discutir o assunto, mas percebe-se que não o fazem para não provocar um desgaste ainda maior. Há um mal-estar político inconfundível. O professor Machado prefere não falar quando se pretende ir além das informações técnicas. A coordenadora da creche não estava presente na última reunião, na qual foi demitida. Inúmeras sombras, além de alegres crianças e pais preocupados, percorrem os corredores da creche.

O DECRETO E O IMPASSE

Em janeiro, a Assufemg selecionou e treinou 30 funcionários para trabalhar na creche, com a promessa de que seriam contratados pela Universidade. Com tal perspectiva, vários dos concursados deixaram outros empregos e iniciaram suas atividades na creche. As matrículas foram abertas, com previsão de funcionamento para o dia primeiro de fevereiro. Exatamente aqui começa o impasse.

Em 24 de janeiro a Reitoria informou a Assufemg sobre o decreto de 28 de dezembro de 1981. O decreto proíbe a ampliação de mão-de-obra indireta, através de firmas particulares de prestação de serviços ou mediante convênios de qualquer natureza. Foram feitos contatos com a Fundação "Mendes Pimentel" para se tentar a contratação dos funcionários por seu intermédio. Não foi possível apurar o resultado de tais contatos. As informações são desencontradas. Especula-se que a "Mendes Pimentel" teria exigido a diretoria da creche para aceitar o repasse de verbas, mas tal informação não foi confirmada pela Fundação.

O impasse está criado. A Reitoria disse que não autorizou a contratação. A Assufemg insiste em que teria recebido carta branca para selecionar e treinar o pessoal. O professor José Henrique Santos disse que várias soluções foram tentadas, mas que não existem meios legais para contratar os funcionários. Ainda que houvesse meios, assinala o Reitor, não teríamos verbas para pagá-los.

A SOLUÇÃO

Para o Reitor a solução possível no momento é a autogestão da creche pelos pais e o deslocamento de funcionários, que precisariam ser treinados, pois não possuem especialização. A Universidade examina a possibilidade de dispensar os pais de suas atividades docentes, ou administrativas durante um período do dia. Por enquanto, conclui o Professor José Henrique, é o que podemos oferecer.

